



MUNICÍPIO DE VILHENA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PROCURADORIA LEGISLATIVA



PARECER JURÍDICO Nº 115/2023

Processo Legislativo nº: 168/2023

Interessado: COSPAMATIC

Assunto: Cria o Programa Porteira Adentro

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PROJETO DE LEI DE INICIATIVA DO PODER EXECUTIVO QUE CRIA O PROGRAMA PORTEIRA ADENTRO E O FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA. NORMA DE INTERESSE LOCAL QUE CONCRETIZA A COMPETÊNCIA DOS ENTES ESTATAIS DE FOMENTAR A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, NOS TERMOS DO ART. 24, VIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AUSÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL OU MATERIAL. PARECER FAVORÁVEL.

1.0) RELATÓRIO

1. A pedido do Presidente da COSPAMATIC, vieram os autos do Processo Legislativo nº 168/2023 para análise da legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei nº 6.739/2023 (fls. 04/14), de autoria do Poder Executivo, que cria o Programa Porteira Adentro no Município de Vilhena.
2. Dos autos constam: Ofício nº 305/2023/PGM, Mensagem e Minuta do Projeto de Lei (fls. 02/14); cópia do Processo Administrativo nº 11.355/2023 (fls. 15/52), Despacho Inicial (fl. 53), Despacho nº 02 (fl. 54) e Despacho nº 03 (fl. 55).
3. É o relatório.

2.0) FUNDAMENTAÇÃO

4. O Projeto de Lei nº 6.739/2023 - PL 6.739/2023 tem por objeto a criação do Programa Porteira Adentro no Município de Vilhena, atualizando a regulamentação do referido programa e substituindo a Lei nº 3.808/2013 e suas alterações.
5. Para análise de sua legalidade e constitucionalidade, faz-se necessária a verificação de sua conformidade formal e material ao ordenamento constitucional e também o respeito às normas infraconstitucionais estabelecidas pela União e pelo Estado de Rondônia.
6. A respeito da constitucionalidade formal do PL 6.739/2023, anoto, a princípio, que o tema tratado na proposição é de competência municipal, já que cabe ao Município "legislar sobre assuntos de interesse local", bem como "prestar, diretamente



MUNICÍPIO DE VILHENA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PROCURADORIA LEGISLATIVA



ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local”, nos termos dos incisos I e V do artigo 30 da Constituição Federal.

7. Ademais, não há vício de iniciativa na proposição, porquanto é de competência do Chefe do Poder Executivo iniciar proposição que trate de serviços públicos e da criação, estruturação e atribuições de órgãos de sua estrutura, tal como se verifica dos incisos IV e V do artigo 68 da Lei Orgânica do Município de Vilhena.

8. Finalmente, não verifico dos autos qualquer vício no procedimento legislativo que inquine de qualquer mácula a proposição.

9. De igual forma, não vislumbro inconstitucionalidade de ordem material na proposição ora examinada, pois o conteúdo da norma concretiza a competência comum aos entes estatais de “fomentar a produção agropecuária”, tal como disposto no artigo 24, inciso VIII, da Constituição Federal.

10. Assim sendo, entendo pela inexistência de vício de ordem constitucional no PL 6.739/2023 que recomende sua não aprovação.

11. Por fim, anoto que a proposição apresenta erros gramaticais e de formatação do texto legislativo que merecem atenção da Comissão de Constituição, Justiça e Redação - CCJR. Ademais, embora guarde pertinência com o objeto principal da proposição, é recomendável que, pela melhor técnica legislativa e face ao que dispõe o art. 7º, inciso II, da Lei Complementar nº 95/98, a criação do Fundo Municipal de Agricultura que consta do Capítulo III do PL 6.739/2023 se desse por meio de Projeto de Lei próprio, garantindo especificidade e uma maior perpetuidade das disposições. Isto, contudo, não é impeditivo para a aprovação da norma em análise.

3.0) CONCLUSÃO

12. Por todo o exposto e com base nos fundamentos jurídicos retromencionados, **DOU PARECER FAVORÁVEL** à legalidade e constitucionalidade do PL 6.739/2023, ressalvadas as observações quanto à técnica legislativa do texto normativo ora analisado.

13. É o parecer.

Vilhena/RO, 25 de setembro de 2023.


EDUARDO CAMPAGNOLO HARTMANN
PROCURADOR